

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.317 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2001

LDO

OBSTRUÇÃO

Contrária à proposta da LDO, oposição decide obstruir votações no Congresso.



Carlos Bezerra na CMO com o deputado Ricardo Barros

DIVERGÊNCIAS

Bezerra convoca reunião para resolver divergências em torno do superávit da União em 2002.

PÁGINA 8



A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou por 12 votos a favor e 3 abstenções o projeto que beneficia o contribuinte do Imposto de Renda

CAE aprova reajuste da dedução por dependente no Imposto de Renda

Decisão tem caráter terminativo e por isso o projeto irá diretamente à Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para apreciação pelo Plenário do Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Arlindo Porto que reajusta em 51,11% os valores da dedução por dependente do contribuinte pessoa física do Im-

posto de Renda. A decisão foi adotada por 12 votos a favor e 3 abstenções e tem caráter terminativo – portanto, só não será enviada diretamente à Câmara se houver recurso para apreciação no Plenário do Senado.

Pelo projeto, a dedução mensal com dependente no Imposto de Renda Pessoa Física passa de R\$ 90 para R\$ 136 mensais, e o valor da dedução anual dos atuais R\$ 1.080 para R\$ 1.632.

PÁGINA 6

PLENÁRIO

A proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental teve ontem nova discussão e deve ser votada na próxima semana.

PÁGINA 4

DENÚNCIAS

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que deseja esclarecimento rápido, pela Polícia Federal, da denúncia envolvendo-o em suposta emissão fraudulenta de títulos. Ele estimulou a imprensa a “acompanhar de perto” as investigações.

PÁGINA 3



Paulo Souto (E) e Antônio Cambraga, relator e presidente da comissão, ouvem representantes da Chesf e da Codevasf

Comissão discute nível dos reservatórios do Nordeste

PÁGINA 12

Tuma não vê indícios contra Dutra no caso do painel

Corregedor adianta que, se receber pedido de investigação preliminar, ouvirá o líder do Bloco Oposição e o autor da reportagem publicada por "IstoÉ"

Depois de analisar a reportagem da revista *IstoÉ* desta semana e o depoimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no Conselho de Ética, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), declarou ontem que até o momento não há indícios que apontem o envolvimento do líder do Bloco Oposição na operação que retirou do painel do Plenário a lista da votação secreta que cassou o então senador Luiz Estevão. As iniciativas foram tomadas diante da solicitação de Dutra para que seja investigada sua suposta participação na violação do painel, apontada pela revista.

— Nos diálogos (com os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda), o que houve foi a revelação de como teria votado a senadora Heloísa Helena. No mais foram conversas sobre a estratégia que usariam na votação — afirmou Tuma.



Romeu Tuma analisou reportagem e declarações de Dutra no Conselho de Ética

O corregedor adiantou que, se o requerimento de Dutra for enviado pelo Conselho de Ética à Corregedoria para investigação preliminar, ele solicitará uma audiência com o autor da reportagem da *IstoÉ*, Leonel Rocha, e Dutra. Tuma afirmou que vai decidir sobre o procedimento a ser adotado em conversa com

o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), mas declarou que pretende ouvir os dois antes do recesso parlamentar.

Segundo o corregedor, o fato de a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Regina Borges não ter citado a participação de Dutra na operação que culminou com a violação do painel também afasta suspeitas sobre o senador. Além disso, observou ele, Dutra não mudou sua versão, ao contrário do que fizeram os ex-senadores Antonio Carlos e Arruda, que acabaram renunciando ao mandato.

Apesar disso, Tuma disse achar estranho o modo como Dutra agiu na sessão secreta que cassou o mandato de Estevão:

— Se apertou seis vezes a tecla de votação, tinha conhecimento da possibilidade de violação. E por que não fez a denúncia? — questionou.

Ademir propõe criação de ouvidoria no Senado

A criação da Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal foi proposta ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ao organismo caberia receber representações sobre mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos do Senado.

— A ouvidoria permitirá maior participação da cidadania nos trabalhos parlamentares e maior facilidade no trato e defesa das questões relativas às violações comumente perpetradas contra os direitos individuais — explicou o senador ao justificar a proposição.

Pelo projeto de Ademir Andrade, a ouvidoria será composta por um ouvidor-geral e dois ouvidores substitutos, eleitos pelos membros do Senado para um mandato de dois anos, sem recondução.

O ouvidor poderá ter acesso a quaisquer documentos relativos ao objeto investigado e ter vista de todos os documentos da Casa, especialmente dos atos e contratos administrativos. Caberá ao ouvidor recomendar a anulação ou a correção dos atos identificados como contrários à lei ou às regras da boa administração e sugerir medidas de aprimoramento dos instrumentos normativos da instituição.

Ainda de acordo com o projeto de Ademir Andrade, as reclamações ou representações somente serão examinadas pelo ouvidor-



Ademir prega maior participação dos cidadãos nos trabalhos parlamentares

geral se encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico devidamente identificadas, e se o assunto envolver matéria de competência do Senado Federal. Ele ressalta, no entanto, que denúncias anônimas poderão ser examinadas quando ocorrerem razões

imperativas para o anonimato.

O senador defendeu a criação da ouvidoria "para que o Parlamento cumpra sua missão fiscalizadora no controle dos abusos praticados contra os direitos fundamentais e para que essa fiscalização contra violações ou ilegalidades possa ser realizada com eficácia".



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLC nº 81/00, renova o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir a realização de horas-extras por mulheres; PLC nº 8/00, institui o "Dia da Televisão"; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 279/01, solicita a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 86/01; e Requerimento nº 293/01, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 41/99 e 5/01, por regulamentar a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Requerimento nº 164/00, do senador Tião Viana, solicitando o sobrestamento do estudo do PLS nº 68/00, a fim de aguardar-se o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 16/96, que dispõe sobre a mesma matéria; e PLC nº 66/00, que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 45/01, altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), que trata de prisão especial; emendas de plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLS nº 2/00 (tramitando em conjunto com o PLS nº 21/00), estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de fisioterapia e terapia ocupacional; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária dos parcelas pagas e a avaliação judicial; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); e Requerimentos nºs 234/01, do senador Bello Parga, solicitando ao Ministério da Fazenda esclarecimentos sobre as investigações de Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; nº 235/01, solicitando ao Ministério da Fazenda, por meio do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes de rastreamento realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira e outros; PLS nº 7/01, altera o art. 69 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais; PLS nº 56/99, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de vice-presidente, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 251/99, que dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes; PLS nº 306/99, altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente; PLC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; PLC nº 15/01, proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais; PR nº 82/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1.774-26; e PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *A Corrente do Bem*, de Mimi Leder. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader cobra esclarecimento rápido de denúncias

Senador pede à imprensa que “acompanhe de perto” as investigações da Polícia Federal a respeito da matéria divulgada pela revista “IstoÉ” sobre suposta emissão fraudulenta de títulos para desapropriar fazenda inexistente



Oposição quer rastrear cheque que teria pago TDAs

O Bloco Oposição encaminhará requerimento

ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para que seja feito o rastreamento do cheque que, segundo denúncia publicada pela revista *IstoÉ*, teria sido recebido pelo senador Jader Barbalho em pagamento pela venda irregular de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Pelo requerimento, o conselho deverá pedir ao Plenário do Senado autorização para a quebra dos sigilos bancários dos supostos envolvidos na operação. O pedido precisa da aprovação da maioria simples do Plenário.

O requerimento foi anunciado ontem pelo líder do bloco, José Eduardo Dutra (PT-SE), logo após reunião da bancada oposicionista no Senado. Dutra disse que o requerimento é baseado na nova lei que flexibilizou o sigilo bancário e dá prerrogativa ao Plenário do Senado de solicitar a quebra do sigilo.

A bancada também decidiu propor a instalação de CPI mista (na Câmara e no Senado) com três objetos específicos a serem investigados: as denúncias de tráfico de influência contra o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira; a ajuda aos bancos Marka e FonteCindam durante a crise cambial de janeiro de 1999, e a concessão de financiamentos públicos — incluindo os empréstimos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Su-

dene) e a negociação de TDAs.

As duas decisões, segundo Dutra, comprovam que nunca houve acordo entre os partidos de oposição e Jader para barrar possível investigação de denúncias.

— Isso era uma ilação que nunca poderia ser feita porque não se embasava nos fatos. Sempre tentamos investigar as denúncias contra Jader, e se não conseguimos não era por nossa culpa — disse.

Dutra garantiu que a oposição não desistirá da coleta de assinaturas para a CPI da Corrupção no Senado.

O bloco ainda decidirá sobre a

O requerimento do Bloco Oposição solicita quebra do sigilo bancário dos supostos envolvidos na operação

proposta da bancada do PT na Câmara de obstruir as votações no Congresso até que Jader se afaste da Presidência. “A proposta chegou no final da reunião, quando muitos senadores já tinham se retirado”, justificou Dutra.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) argumentou que uma CPI restrita ao Senado e tendo como foco as denúncias contra Jader seria o instrumento mais adequado para tratar o assunto. Jefferson se disse contra a obstrução proposta pelos deputados petistas. “Gostaria que o próprio Jader se afastasse, mas não pediria isso a ele.”

Conselho de Ética vive momento de transição

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar passa por um momento de transição, já que o mandato dos seus integrantes, eleitos pelo Plenário em junho de 1999, encerra-se no próximo dia 30. Junto com ele, termina o mandato do corregedor-geral da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que é membro nato do conselho.

O período de transição começou, com a indicação, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética, para ocupar o cargo de ministro da Integração Nacional. Tebet já avisou que pedirá licença do Senado no próximo dia 20 e na mesma data seu suplente, o médico Pedro Ubirajara de Oliveira, toma posse.

Nesse caso, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) assume a presidência do conselho, por ser o parlamentar mais idoso do colegiado, já que o vice-presidente eleito, senador Juvêncio da Fonseca (MT), renunciou ao cargo quando decidiu trocar o PFL pelo PMDB.

A secretária do conselho oficiou, em abril, às lideranças partidárias para que indicassem os parlamentares à nova composição do colegiado. Assim que os partidos entregarem suas indicações, a eleição poderá acontecer. Porém, não há uma data-limite para isso e a renovação do colegiado pode ser feita até o final de junho ou até mesmo no segundo semestre dos trabalhos legislativos, de acordo com a secretária do conselho.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse na manhã de ontem que espera um esclarecimento rápido, por parte da Polícia Federal, do episódio denunciado pela revista *IstoÉ*, envolvendo-o no recebimento de um cheque de US\$ 4 milhões, 13 anos atrás, por conta de uma suposta emissão fraudulenta de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), usados na desapropriação de uma fazenda inexistente.

— Espero que isso possa ser esclarecido o mais rápido possível, pois é do interesse de todos e particularmente da sociedade brasileira verificar se esse episódio tem procedência, se é real ou se a sociedade está sendo enganada, com mais um escândalo fabricado.

O senador estimulou a imprensa a “acompanhar de perto” as investigações da Polícia Federal e cobrar o esclarecimento rápido do caso. Jader lembrou, inclusive, que os jornais de ontem já informaram que o casal citado pela revista negou ter visto alguém entregar algum cheque a ele.

Com relação ao pedido do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), no sentido de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reabra o caso da violação do painel de votação do Senado, Jader disse preferir não se manifestar sobre o assunto. “Como presidente, prefiro não emitir opinião

e deixar que a questão seja apreciada e decidida pelo Conselho de Ética”, explicou.

O senador reiterou sua discordância da tese de criação de uma CPI.

— O assunto está no âmbito do Ministério Público, está sob apreciação, inclusive por solicitação minha à Polícia Federal. Não acho absolutamente que tenha cabimento o uso desse instrumento. Mas qualquer outra medida que vise esclarecer esta fantasia, esta coisa absurda, esta coisa que não me atinge, aceite, e vejo como uma colaboração — esclareceu.

Quanto à intenção, anunciada por setores da oposição, de obstruir as votações para pressionar pela sua renúncia, Jader pediu para não se manifestar.

— Eu não consigo raciocinar sobre o absurdo, então vocês vão me dispensar de fazer qualquer comentário, porque eu não me sinto bem tratando do absurdo. É uma jogada política, e, como presidente do Congresso Nacional e do Senado, eu me dispense de fazer qualquer comentário — concluiu.



Jader Barbalho discorda da criação de CPI

Tuma ouvirá casal que teria denunciado senador

O corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), tentará ouvir hoje, em São Paulo, o casal que teria denunciado o presidente do Senado, Jader Barbalho, ao subprocurador-geral da República aposentado Gildo Ferraz, por suposta participação em negócio ilegal com Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Essa é a primeira providência de Tuma para atender a ofício em que o presidente do Senado solicita ao corregedor as medidas cabíveis em relação à denúncia, publicada pela revista *IstoÉ*, e informa sobre o pedido de apuração do caso feito ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. O ofício foi lido por Jader na sessão de ontem.

Segundo o corregedor, o banqueiro Serafim Rodrigues Moraes

e sua atual mulher, Vera Arantes Campos, foram contatados pelo telefone, mas não adiantaram nenhum detalhe a respeito do relato que teriam feito ao procurador. Eles ficaram de mostrar a Tuma alguns documentos, por meio dos quais o corregedor espera obter elementos adicionais para chegar ao que chamou de “realidade dos fatos”.

— Quero a história real e não aquela que seria real segundo a imprensa — explicou Tuma.

O corregedor informou que os passos posteriores dependerão de parecer da Procuradoria do Senado. Tuma espera obter dos advogados da Casa a orientação necessária a procedimentos que possam, dentro do Regimento, “proteger a dignidade do Senado”.

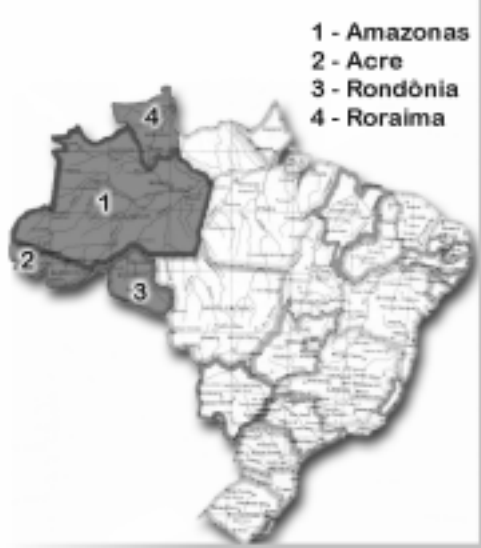
Avança discussão sobre Fundo para Amazônia

Em mais um dia de debate da PEC de Jefferson Péres, o senador Sebastião Rocha defendeu a inclusão do Amapá entre os estados a serem beneficiados. Bernardo Cabral, relator, é favorável à aprovação da proposta

A terceira sessão de discussão, em primeiro turno, ontem, da proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental revelou opiniões resistentes à iniciativa. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) discordou do conceito de receita líquida prevista, que consiste na diferença entre a receita tributária arrecadada e os repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios ocorridos no mesmo exercício.

Alcântara considerou importante a idéia de se criar um fundo para garantir o crescimento econômico da Amazônia Ocidental, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, mas considerou inadmissível o conceito de receita líquida que, em sua opinião, estadualiza

Estados que formam a Amazônia Ocidental



a arrecadação, interferindo na concepção de Federação.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) questionou o fato de

que a PEC exclui o Amapá, que também protege reservas florestais e enfrenta problemas de desenvolvimento econômico. Na opinião do parlamentar, os estados que serão beneficiados pela emenda estão até num estágio mais avançado de crescimento que o Amapá. Ele anunciou a apresentação de emenda para incluir o Amapá na proposta.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a aprovação da PEC, por considerá-la prioritária para o desenvolvimento da Amazônia de forma sustentada.

Relator da matéria, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que o objetivo da proposta é partilhar com todos os brasileiros a conservação da Amazônia, por isso não tem reparos a fazer à iniciativa. Cabral pediu a Sebastião Rocha que deixe para emendar a PEC no futuro, do contrário ela não entrará em vigor em tempo hábil.

Ao defender a iniciativa, Jefferson Péres concordou com a idéia de que o Amapá seja inserido no fundo, mas se disse preocupado com o risco de a emenda não ser aprovada até o fim do mês. Se for votada no Senado ainda neste semestre, ele entende que a Câmara vai votá-la até dezembro, podendo a mudança entrar em vigor no próximo ano. Também lembrou que a emenda não é auto-aplicável, necessitando de lei ordinária para ser executada.

Autorizado o funcionamento de emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo outorgando permissão para funcionamento, em frequência modulada, das seguintes emissoras: Fundação José de Paiva Neto, de Santo Antônio do Descoberto (GO); Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba, de Oliveira (MG); e Fundação Nagib Haickel, de São Luís (MA). Foram renovadas as concessões para a Rádio Capital do Som, de Campo Grande (MS); Rádio Novo Mundo, de São Paulo (SP); e Rádio Difusora de São José do Rio Pardo, de São José do Rio Pardo (SP).

Quatro associações obtiveram autorização para operar em radiodifusão comunitária: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá, de Caeté (MG); Associação Comunitária Farroupilha, de Pelotas (RS); Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguaçu, de Itaguaçu (ES); e Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte, de Candeias do Jamari (RO). Os projetos serão encaminhados à promulgação.

Comissão de Educação autoriza novas concessões

Oito projetos de decreto legislativo autorizando a outorga e a renovação de concessão de oito emissoras de radiodifusão foram aprovados ontem pela Comissão de Educação.

As rádios beneficiadas são as seguintes: Educadora de Limeira (SP); Estação FM de Carlos Barbosa (RS); Associação Comunidade de Vargem Alegre (MG); Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer, de Paraguaçu Paulista (SP); Associação Clamor dos Pobres, de Caiabu (SP); Cidade de Cascavel (PR); Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo (PR); e Associação Comunitária Artística e Cultural Vale de Autazes (AM).

Roraima pode ter distrito agropecuário

O Senado aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando o Poder Executivo a criar, no município de São João da Baliza, em Roraima, distrito agropecuário destinado a desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, preservação e pesquisa. A matéria agora será votada na Câmara dos Deputados.

Entre os objetivos da proposta está a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, o aproveitamento regional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativistas, assim como a criação de empregos na região.

Antes da votação, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu o adiamento da decisão, para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se manifestasse sobre a proposta. Ele argumentou que a iniciativa tirava do governo do estado e das prefeituras prerrogativas administrativas. O projeto, na avaliação do senador, também permite a interferência federal no estado. Rejeitado o requerimento de Mozarildo, o projeto foi aprovado.

Plenário aprova três acordos internacionais

Foi aprovado ontem pelo Senado texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, concluído em 7 de junho de 1999, na cidade de Guatemala, por ocasião do 29º período de sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ao discutir a matéria, a senado-

ra Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou que a convenção foi assinada por 20 chefes de Estado e representantes de nações americanas.

— Essa convenção representa um compromisso assumido pelo governo brasileiro, reconhecendo que as pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais precisam gozar dos mesmos direitos e liberdades essenciais garantidos aos demais cidadãos do

país — afirmou.

O Senado também aprovou texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre Brasil e Ucrânia, assinado em Kiev em 15 de novembro de 1999. Foi aprovado ainda acordo para a abolição recíproca da exigência de visto de entrada, firmado entre o Brasil e Hungria, em Budapeste, no dia 9 de novembro de 1999. Os decretos legislativos vão à promulgação.

Brasil e Romênia juntos contra o narcotráfico

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo internacional entre Brasil e Romênia sobre cooperação no combate à produção e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, ao uso indevido e à farmacodependência. O texto foi relatado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que emitiu parecer favorável à matéria, e prevê o intercâmbio de informações e pesquisas científicas, além da elaboração de programas conjuntos de combate ao narcotráfico.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que há dez anos, quando foi ministro da Justiça, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), então diretor da Polícia Federal, encaminhou-lhe “relatórios irretocáveis” em relação ao futuro do

Saturnino, Alencar e Jefferson durante a reunião da CRE



narcotráfico, enfatizando o combate à produção de drogas. Tuma disse que os países consumidores de drogas têm grande interesse nas informações coletadas pelo Brasil por ser fronteira a países produtores.

Também foi aprovado o Acordo sobre Transferência de Nacionais Condenados entre Brasil e Bolívia, com parecer favorável do senador

Bernardo Cabral. O acordo facilita a transferência de criminosos condenados no exterior para que possam cumprir parte da pena em seus países de origem. A CRE aprovou ainda o texto da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da prevenção de acidentes industriais maiores. O texto teve parecer favorável do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia voltará a ser debatido em Plenário, pois o veto que havia sobre ele foi afastado, uma vez que a Indonésia não controla mais o Timor Leste.

Jefferson critica adiamento da votação de limite às MPs

Senador diz que deputados da bancada governista fazem “manobra protelatória” e cobra do presidente da Câmara, Aécio Neves, o cumprimento de uma de suas promessas de campanha

Jucá elogia ação do governo em favor dos anistiados

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) saudou ontem a edição, pelo governo federal, de medida provisória (MP) que define vantagens e reparações para os anistiados políticos. Ele destacou que essa é uma ação do governo que restaura os direitos dos cidadãos perseguidos durante o regime militar. O senador explicou que a MP representa importante passo para garantir o retorno dos anistiados às atividades que

foram obrigados a parar de exercer, inclusive com direito à indenização, contagem de tempo no exílio para todos os efeitos legais, permissão para reinício de cursos em instituições públicas de ensino e retomada de empregos públicos. Jucá destacou ainda a importância da ação e da participação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Justiça, José Gregori, na elaboração da MP.



Para Ademir Andrade, “a Justiça do Rio entendeu que Garotinho não poderia acabar com marajás”

Ademir lamenta decisões da Justiça contra atos de Garotinho

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou decisões tomadas recentemente pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro contra medidas adotadas pelo governador Anthony Garotinho. Uma delas, a que obriga o pagamento de precatório judicial favorável a uma vítima da violência urbana, trouxe a ameaça de intervenção federal no estado. De acordo com o senador, Garotinho contornou a situação, mostrando ao Superior Tribunal de Justiça que vem pagando precatórios em ordem cronológica.

O governador fluminense também teve frustrada a tentativa de limitar os salários do funcionalismo estadual em R\$ 9,6 mil. “A Justiça do Rio entendeu que Garotinho não poderia acabar com marajás”, disse o senador. A decisão do TJ-RJ foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, Anthony Garotinho instituiu, conforme Ademir, um piso estadual de R\$ 400.

— Será que o governador tem que

obedecer a esse tipo de ordem? Será que a questão não teria que ser discutida amplamente com a população? — questionou.

Ademir também criticou a decisão do tribunal que sustou a proibição da chamada “gratificação faroeste”, instituída no governo Marcello Alencar para premiar atos de bravura dos policiais. Segundo o senador, a gratificação desvirtuou o papel da polícia ao premiar policiais que matavam bandidos. Ademir disse que Garotinho instituiu gratificação para as unidades da Polícia que diminuíam a criminalidade em suas áreas.

Esse tipo de decisão do Judiciário justifica o descaso da população em relação às instituições, sustentou o senador.

— É justa a indignação do povo, a revolta contra a classe política, o governo e o Judiciário, talvez porque observe o estímulo à impunidade. A Justiça no país só atua sobre o pobre miserável — disse Ademir Andrade.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) protestou ontem, em Plenário, contra a “manobra protelatória” da bancada governista na Câmara dos Deputados que, na semana passada, adiou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que regula e restringe a edição de medidas provisórias (MP) pelo Executivo. O senador cobrou do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), o cumprimento de uma de suas promessas de campanha à presidência da Casa: a de regular, em caráter definitivo, “o uso e a inapelável proibição do abuso das MPs”.

Jefferson Péres informou que, segundo estudos acadêmicos de cientistas políticos, no quinquênio 1990/1995 cerca de 90% das proposições legislativas aprovadas pelo Congresso Nacional tiveram origem no Poder Executivo. No ano passado, acrescentou, 83% dos projetos aprovados pela Câmara foram propostos pelo Palácio do Planalto.

— O Congresso Nacional vai colecionando oportunidades perdidas para retomar a sua função legislativa, da qual, num triste exercício de servidão voluntária, ab-



Segundo Jefferson, o Congresso perde oportunidades de retomar sua função legislativa

dicou desde a promulgação da Carta de 1988 — advertiu.

O senador acusou o governo de fazer da prática de editar MPs “uma ditadura constitucional das medidas provisórias”, acrescentando que os congressistas também têm faltado ao seu compromisso de fiscalizar o Executivo, “exibindo um deplorável comportamento que oscila entre a tristeza e o servilismo”, ao relutar em criar e instaurar a CPI da Corrupção.

Segundo Jefferson, diante desse quadro melancólico que vive o Parlamento, acrescido pela sucessão de escândalos envolvendo autoridades do primeiro plano do Congresso, parcelas consideráveis da população manifestam desa-

preço crescente ao “Legislativo que não legisla, ao fiscal que não fiscaliza”.

— Em suas versões mais cruelmente exaltadas, algumas dessas manifestações questionam a utilidade, o próprio direito à existência dessa instituição — alertou.

Jefferson Péres finalizou seu pronunciamento lendo crônica de Luis Fernando Verissimo publicada no jornal *O Globo* desta terça-feira que, na sua avaliação, com fino humor, atinge o Congresso Nacional de forma a deixar os parlamentares “constrangidos”. Ele também leu trechos do discurso de despedida da Câmara feito pelo ex-deputado Almino Afonso, criticando a “castração” do Legislativo provocada pelo instituto das medidas provisórias.

Mudança na prisão especial está na pauta da CCJ

O projeto de lei do governo que altera as condições da prisão especial abre a pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, tramita com urgência no Senado e será submetida à deliberação da CCJ e do Plenário. O relator é o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que deverá apresentar seu parecer na reunião.

A proposição do Poder Executivo retira privilégios dos presos especiais, acrescentando cinco parágrafos ao artigo 295 do Código de Processo Penal. A redação foi sugerida por uma comissão de juristas presidida pela professora Ada Pellegrine Grinover, a pedido do governo federal.

De acordo com a exposição de motivos do ministro da Justiça, José Gregori, que acompanha a proposta enviada ao Congresso Nacional, o projeto visa extinguir “privilégios injustificados” dos presos especiais. O conceito de prisão especial fica restrito, de



Tebet deve apresentar seu parecer sobre o projeto que muda a prisão especial na reunião de hoje da CCJ

acordo com o ministro, “às condições que resguardam a segurança, saúde e dignidade humana de indivíduos que, em razão das funções exercidas, não podem, enquanto provisoriamente encarcerados, ser colocados junto a presos comuns”.

Segundo José Gregori, “a diferença do tratamento do preso comum consistirá exclusivamente em manter o especial em

cela distinta e no transporte separado”. O ministro lembra que os demais direitos do preso já estão assegurados na Lei de Execução Penal.

Na Câmara, os deputados acrescentaram inciso ao texto listando, ao lado dos oficiais das Forças Armadas, os militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios como categorias profissionais com direito à prisão especial. O texto em vigor acrescenta apenas os oficiais do Corpo de Bombeiros.

A pauta de hoje tem outros 26 itens sobre diversos temas, entre eles a proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz o mandato de senador de oito para quatro anos e o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que modifica as regras da propaganda eleitoral para os candidatos aos cargos de vice-presidente da República, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador.

CAE aprova reajuste de deduções do Imposto de Renda

Projeto de Arlindo Porto, com parecer favorável de José Alencar, foi acolhido em caráter terminativo e só será submetido a exame do Plenário se houver recurso nesse sentido; caso contrário, irá diretamente para a Câmara dos Deputados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que reajusta em 51,11% os valores da dedução por dependente do contribuinte pessoa física do Imposto de Renda. Em seu parecer, o relator da matéria, senador José Alencar (PMDB-MG), disse que a medida vai corrigir uma grave injustiça cometida pelo governo contra a população.

Pelo projeto, a dedução mensal com dependente no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) passa de R\$ 90 para R\$ 136 mensais, enquanto o valor da dedução anual passa dos atuais R\$ 1.080 para R\$ 1.632. O parecer de José Alencar foi aprovado com 12 votos favoráveis e 3 abstenções – dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo, Bello Parga (PFL-MA) e José Fogaça (PMDB-RS).

Comentou-se na reunião a possibilidade de Jucá apresentar requerimento com a assinatura de nove senadores, como determina o Regimento, pedindo que a matéria seja apreciada pelo Plenário antes de seguir para a Câmara. Se isso não for feito, a proposta seguirá diretamente ao exame dos deputados, que já discutem matéria mais ampla, de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), reajustando não somente os valores das deduções com dependentes, mas também a tabela progressiva do Imposto de Renda, congelada desde 1995.

Romero Jucá apresentou requerimento para adiar a votação argumentando que iria levantar, na Receita Federal, o impacto do projeto sobre a arrecadação tributária federal. A CAE rejeitou o pedido. Já Fogaça considerou o projeto “muito sedutor”, mas explicou que não poderia votar a favor, por entender que não cabe ao Legislativo fixar tabela de dedução do IRPF. Disse também temer o aspecto terminativo do projeto, por impedir uma discussão mais aprofundada da matéria no Senado.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou que o projeto poderá ser melhor discuti-



Comissão de Assuntos Econômicos aprovou correção das deduções por 12 votos favoráveis e 3 abstenções

do no Plenário do Senado, caso haja requerimento nesse sentido, mas advertiu que a Justiça tem dado ganho de causa para quem contesta o não reajuste da tabela do IRPF e dos valores das deduções praticados ilegalmente pelo governo. O Senado teria assim, a seu ver, a oportunidade de evitar o congestionamento da Justiça com milhões de processos. Nessa mesma linha, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a Constituição não dá direito ao Executivo de elevar a carga do IR sem consultar o Congresso, coisa que na verdade o governo faz ao não reajustar a tabela e os valores das deduções.

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é preciso que o Congresso manifeste sua insatisfação com a injustiça cometida pelo governo contra os contribuintes. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a população vem sofrendo com reajustes de preços, como os de consultas médicas, de mensalidades escolares e outros, tendo de conviver com o congelamento dos salários e o aumento artificial da carga tributária. O senador José Agripino (PFL-RN) também defendeu o projeto, afirmando não ver qualquer motivo para rejeitar a matéria, de largo interesse social.

Impacto anual nas contas do governo será de R\$ 807,2 milhões

O reajuste de 51,11% das deduções com dependentes, previsto em projeto de lei de autoria do senador Arlindo Porto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), caso venha a ser sancionado, retirará dos cofres do Tesouro Nacional, anualmente, R\$ 807,2 milhões, segundo cálculos feitos pela Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal). As estimativas de perda de receita foram apresentadas na CAE pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que solicitou o cálculo à dirigente daquela entidade Maria Lúcia Fatorelli Carneiro.

Os cálculos foram obtidos a partir de dados da própria Receita Federal, que estima um valor total de R\$ 1,579 bilhão nas despesas com dependentes verificadas no ano 2000. Com o reajuste de 51,11% das deduções, proposto no projeto de Arlindo Porto, chega-se ao valor de R\$ 2,39 bilhões para as novas despesas, sendo o diferencial o custo

do projeto, do ponto de vista do governo.

A Unafisco explica que toda a despesa registrada com as deduções por dependente representa somente 1,07% do total dos recursos administrados pela Receita Federal (de R\$ 147,95 bilhões). Se o ajuste pretendido pelo projeto for efetivamente sancionado, essa despesa passará para 1,61% do total dos recursos.

Já o projeto do senador Paulo Hartung, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, tem abrangência maior, pois determina reajuste não somente das deduções com dependentes, mas também da tabela progressiva de descontos na fonte e outras deduções (instrução, pensões etc.), com valores congelados desde 1995.

Hartung propõe um reajuste de 28,4%, seguindo correção da Ufir (Unidade Fiscal de Referência) para cobrir o período de 1º de janeiro de 1996 a 1º de janeiro de 2001. Nesse caso, ainda segundo estimativas da Unafisco, o governo teria de abrir mão, anualmente, de algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões.



Arlindo Porto propõe o reajuste das deduções por dependente no Imposto de Renda

Comissão deve votar reposição do FGTS na terça-feira

A CAE adiou para terça-feira a votação do parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre projeto de lei complementar do Executivo que determina a reposição de perdas das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O adiamento resultou de pedido de vista coletiva encabeçado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Já aprovado pela Câmara dos Deputados e tramitando em regime de urgência, o projeto tem por objetivo corrigir a distorção nos saldos das contas vinculadas ao FGTS em virtude de perdas salariais ocorridas na implementação dos planos Verão e Collor I, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta também prevê a criação de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários das empresas e nas demissões sem justa causa, para cobrir o custeio do débito do fundo, estimado em R\$ 42 bilhões (cerca de 4% do PIB).

Jucá lembrou que a cobertura de um passivo dessa grandeza não poderia ficar exclusivamente a cargo do Tesouro Nacional. Foi por isso, lembrou, que o presidente Fernando Henrique Cardoso, “sensível ao problema”, abriu negociação com as centrais sindicais e confederações patronais para encontrar uma forma concreta de viabilizar o pagamento. O projeto em exame na CAE é resultado dessas negociações.

A proposta determina que os bancos depositários das contas do FGTS no período dos planos Verão e Collor I deverão repassar à Caixa Econômica Federal as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo das correções.

A CAE também adiou a votação do parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável ao projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui benefício fiscal para as empresas que mantenham nos seus quadros funcionais empregados com mais de 40 anos de idade. O pedido de adiamento partiu do senador José Fogaça (PMDB-RS), que entendeu que a comissão não deveria deliberar sobre a matéria sem consulta prévia à Receita Federal sobre o impacto que o incentivo fiscal causaria aos cofres do governo.

CAS analisa regulamentação do Fundo de Combate à Pobreza

Relator Romero Jucá deve manifestar-se também sobre emendas apresentadas pelos senadores Marina Silva, Heloísa Helena e Eduardo Suplicy

Em reunião marcada para hoje, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa o projeto de lei complementar do governo federal que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado por meio de emenda à Constituição promulgada em dezembro passado. Já aprovado pela Câmara, o projeto tramita em regime de urgência. O relator da matéria na CAS é o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que deve manifestar-se ainda sobre seis emendas apresentadas pelos senadores do PT Marina Silva (AC), Heloísa Helena (AL) e Eduardo Suplicy (SP).

Segundo a proposta, os recursos do fundo – que virão de percentual da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), parcela do imposto sobre Produtos Industriali-



Romero Jucá é o relator da proposta que tramita em regime de urgência, depois de aprovada pela Câmara dos Deputados

zados (IPI) incidente sobre produtos supérfluos, do imposto sobre grandes fortunas, além de dotações orçamentárias e doações – devem ser utilizados em ações que beneficiem famílias e pessoas

cuja renda *per capita* estiver abaixo da linha da pobreza. Os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação terão prioridade para recebimento dos recursos para atender populações de localidades, urbanas ou rurais, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

O conceito de linha de pobreza, de acordo com a proposta, será definido por ato do presidente da República, que também deve designar os membros do conselho consultivo e o órgão gestor do fundo. O órgão será responsável por selecionar os programas e ações que receberão os recursos do fundo. O projeto de lei abre ainda a possibilidade, em 2001, de financiamento de ações voltadas para populações

atingidas por calamidades naturais e do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), ou seja, que atendam flagelados pela seca no Nordeste.

O projeto está tramitando simultaneamente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é o presidente do colegiado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Foi ele quem relatou no Senado a proposta de emenda à Constituição que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), analisa também projeto que determina a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. O relator, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), é favorável à matéria.

Heloísa Helena pede vista do projeto na CAE

A senadora Heloísa Helena pediu ontem na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vista do parecer do senador Lúcio Alcântara, favorável à aprovação do projeto de lei que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que



Autora de três emendas ao projeto, Heloísa pediu vista do parecer de Alcântara

prevê investimentos anuais da ordem de R\$ 4 bilhões em programas de atendimento à população carente.

Idealizado pelo ex-senador Antonio Carlos Magalhães, lembrado por Alcântara na leitura do seu parecer como relator da matéria, o projeto surgiu após amplo debate feito por comissão especial presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e tendo na vice-presidência a senadora Marina Silva.

Alcântara lembrou que esse programa de combate à pobreza, previsto no projeto em exame na CAE, por ele presidida, é dos raros que já nascem com recursos garanti-

dos. Em razão da cobrança de uma diferença de 0,8% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para o programa, iniciada desde março último, mesmo antes da sua regulamentação, ele já conta com R\$ 500 milhões disponíveis para este ano, explicou o relator.

Em seu parecer à comissão sobre o projeto vindo da Câmara, o senador Lúcio Alcântara rejeitou seis propostas de emendas: duas da senadora Marina Silva; três da senadora Heloísa Helena e uma do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo, quis apressar o exame do parecer do relator, pedindo que a presidência da comissão fixasse um prazo de 24 horas para a análise da senadora Heloísa Helena. Na presidência dos trabalhos, contudo, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) adiou a votação do parecer de Alcântara para a próxima terça-feira.

Alcântara propõe critérios para registro de similares

Projeto de lei apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) obriga que medicamentos similares cumpram os mesmos critérios, requisitos e testes exigidos para o registro dos remédios genéricos. De acordo com o senador, a introdução dos genéricos trouxe muitos benefícios para significativa parcela da população, mas alterou o mercado de medicamentos, provocando uma série de problemas, preocupações e dúvidas entre os usuários. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

– Entre esses problemas chama a atenção o debate sobre a biodisponibilidade e conversibilidade de produtos similares e genéricos da eritropoetina e da ciclosporina que se instaurou entre médicos, pacientes e autoridades sanitárias dos estados, tendo reflexos na licitação para compra desses medicamentos pelas secretarias de Saúde, e levou à perplexidade e à preocupação dos pacientes renais crônicos e transplantados – afirmou.

Segundo Alcântara, os balconistas de farmácia “inescrupulosos e



Alcântara quer evitar confusão na compra de medicamentos

desinformados”, aproveitando-se da situação, passaram a induzir o consumidor a comprar similares como se fossem genéricos, o que, acrescentou, complicou mais a situação e fez com que médicos e dentistas orientassem seus pacientes a rejeitar a troca dos remédios receitados.

O senador observou que apesar dos esforços de comunicação do Ministério da Saúde, as dificuldades da população e dos terapeutas para entender e aceitar os novos conceitos provocaram muita confusão.

– Independentemente das providências tomadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), creio que é uma questão de lógica e justiça estabelecer os mesmos padrões e critérios tanto para os similares como para os genéricos.



Eduardo Suplicy: catadores buscam meios de preservar saúde e renda

Suplicy homenageia catador de lixo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a realização do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, de 4 a 7 de junho, na Universidade de Brasília (UnB). “Foi um evento em defesa da cidadania de pessoas que muitas vezes tiveram seus direitos desrespeitados”, disse. O congresso reuniu catadores de todo o Brasil, que, na oportunidade, trocaram idéias e refletiram sobre como o direito à vida deles precisa ser respeitado. O evento terminou com uma marcha pelas ruas de Brasília.

– Ouvi testemunho de pessoas que começaram nesse trabalho ainda crianças – afirmou. Na ocasião, os catadores contaram como conseguiram se organizar com apoio de entidades civis e hoje lutam pelo direito à vida formando cooperativas, como encontraram formas de chegar junto às municipalidades para valorizar o trabalho deles e como desenvolveram uma consciência de proteção ao ambiente. Os catadores querem desenvolver meios de preservar sua saúde e renda, contou Suplicy.

SOLIDARIEDADE

O senador expressou ainda sua solidariedade para com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que vem sendo acusado de envolvimento no caso da violação do painel eletrônico de votações do Senado. Suplicy disse que, de acordo com depoimento do ex-senador Antonio Carlos Magalhães publicado nessa terça no jornal *O Estado de S. Paulo*, Dutra não teve acesso à lista.

O senador também destacou a importância da iniciativa do presidente do Senado, Jader Barbalho, expressa em pronunciamento, de pensar junto com a oposição formas de defender a imagem do Senado Federal.

Oposição decide obstruir votações do Congresso

Com a medida, não houve quórum ontem na Comissão de Orçamento para iniciar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os oposicionistas pressionam o governo para que a previsão de déficit primário em 2002 seja reduzida

Os partidos de oposição decidiram ontem obstruir todas as votações do Congresso. Com isso, não houve número mínimo de parlamentares na Comissão Mista de Orçamento para início da votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. O presidente do colegiado, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), convocou nova reunião para a próxima terça-feira, dia 19, depois de encontro que pretende ter com todos os líderes partidários para discutir as divergências.

As oposições divulgaram nota afirmando que não votarão a LDO se o governo não concordar em reduzir o superávit primário (sobra de dinheiro da União, antes do pagamento dos juros da dívida pública). O objetivo é diminuir o superávit do governo federal de 2,4% do Produto Interno Bruto (R\$ 31,68 bilhões) para apenas 0,5%, redirecionando verbas para programas na área energética, combate à seca do Nordeste, educação e saúde.

A relatora da LDO, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que aceita negociar, mas não concorda em reduzir a previsão do supe-



Carlos Bezerra, presidente da CMO, vai se reunir terça-feira com a oposição para discutir as divergências

rávito primário. Ela afirma que já elevou de 1% para 2% a verba de contingência, da qual poderão sair novos recursos para o combate aos efeitos da seca nordestina. A relatora também não aceita estabelecer no relatório percentuais para o aumento real do salário mínimo e reajuste geral do funcionalismo federal, há seis anos sem correção.

Lúcia Vânia considera difícil decidir os aumentos neste momento, quando todas as previsões para a economia nacional vêm sendo refeitas por conta da crise de energia elétrica, diz. "As receitas devem cair, o crescimento será menor e é preciso espe-

rar mais para decidir tais números. Colocar novos gastos no Orçamento neste momento é temerário", observou a relatora. Ela lembrou que já está atendendo uma parte das reivindicações oposicionistas, ao permitir que as empresas estatais usem parte de sua contribuição ao superávit primário para investimentos em energia elétrica.

Em seu relatório, a deputada Lúcia Vânia não alterou a previsão de receitas e gastos da União para 2002, apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão antes da crise de energia. Assim, prevê-se uma receita fiscal de R\$ 289,2 bilhões e gastos de R\$ 262,8 bilhões. Por essa previsão, haveria um superávit primário do governo federal (fora estatais) de R\$ 26,4 bilhões, o qual se transformaria em déficit nominal de R\$ 27,2 bilhões depois de realizado o pagamento de juros da dívida pública. Ou seja, o governo prevê que terá no ano que vem um gasto líquido com juros de R\$ 53,6 bilhões.

Esses números, no entanto, poderão ser alterados pela proposta do Orçamento 2002, que vai considerar a crise de energia.

Bezerra concorda com parte da reivindicação

O senador Carlos Bezerra, presidente da Comissão Mista de Orçamento, afirmou ontem que concorda com parte da reivindicação das oposições de se reduzir o valor do superávit primário previsto para 2002, destinando parte do dinheiro a projetos sociais e investimentos em infra-estrutura.

— Chegou a hora de enfrentar o problema da dívida pública. Há três anos o acordo com o FMI exige grandes sobras nos gastos públicos para pagamento de juros. A sociedade é

que não concorda mais com isso.

Bezerra manifestou seu ponto de vista depois de adiar para o dia 19 a reunião da comissão que iniciaria a votação do relatório apresentado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002. A reunião foi obstruída pelas oposições. "O governo deixou as oposições assumirem a vanguarda dessa discussão, que fatalmente tomará o país a partir de agora."

Para o senador, "não é mais possível" o governo apertar seus gastos para que sobre na caixa até

R\$ 31 bilhões por ano para pagamento de juros. Esse superávit primário, no entanto, não banca todo o pagamento de juros da dívida pública, obrigando o governo a tomar emprestado no mercado mais dinheiro, para que as contas fechem no final do ano. Conforme a lei orçamentária para este ano, a dívida pública interna bruta deverá chegar, em 31 de dezembro, a aproximadamente R\$ 751,3 bilhões e a externa baterá em R\$ 122,2 bilhões, exigindo da União gasto líquido com juros de R\$ 45,4 bilhões.

CFC analisa relatórios de auditorias do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 18h, para discutir pauta de seis itens, todos referentes a avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os assuntos que deverão ser analisados estão relatórios sobre auditorias realizadas nas prefeituras de Manaus (AM) e Nova Andradina (MS) em relação a convênios.

Também deverá ser apreciado

relatório da auditoria realizada na Secretaria de Controle Interno do Ministério de Minas e Energia sobre a concessão de pensão civil a ex-servidores do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). A comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), analisa ainda relatório de auditoria feita pelo TCU na prefeitura de Oeiras (PI), abrangendo o período de janeiro de 1994 a 23 de agos-

to de 1996, na área de convênios.

A decisão do TCU sobre consulta feita pela Câmara dos Deputados referente à contagem em dobro de licença-prêmio para fins de aposentadoria também está na pauta. Um outro aviso do tribunal a ser submetido aos senadores diz respeito à auditoria realizada na Secretaria de Educação do Maranhão para verificar eventuais irregularidades na execução de convênio.

Mauro quer garantir recursos para irrigação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou em Plenário agilidade na tramitação da proposta de emenda à Constituição que prorroga por dez anos a aplicação dos recursos da União destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. A PEC, apresentada pelo senador, objetiva consolidar dispositivo constitucional que obriga a aplicação naquelas regiões, por 15 anos, de 20% a 50% de todos os recursos inscritos no Orçamento da União para a irrigação.

Já aprovada pelo Senado, a proposta foi enviada à Câmara em junho do ano passado, "onde cumpre, de maneira vagarosa, as etapas formais de tramitação e votação final", lamentou.



Mauro Miranda é autor da PEC que beneficia a irrigação no CO e NE

Segundo o senador, o futuro e o bem-estar das populações que vivem da agricultura em áreas consideradas carentes ou com grandes potenciais de produção dependem de investimentos em projetos que podem tornar-se altamente eficientes se tiverem boas condições de infra-estrutura. Na

opinião de Mauro Miranda, os recursos federais, acrescidos de outros incentivos, significam menos miséria, dificuldades e atraso, e maiores ganhos para o país.

A agricultura de irrigação, ressaltou, está sendo desenvolvida com sucesso há mais de 20 anos na região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Segundo ele, em poucos anos as novas práticas agrícolas transformaram completamente a região.

Lúcio Alcântara ressalta o trabalho da CPRM

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) — estatal responsável pelo mapeamento geológico do país — é fundamental para o incremento da produção mineral do país, avaliou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Embora venha passando por processo de reestruturação, informou, a



Alcântara: atuação da companhia é importante para aumentar a produção mineral

companhia realizou extenso trabalho no ano passado.

Segundo o senador, evoluíram positivamente os 51 projetos de pesquisa, sendo 23 de geologia, quatro de recursos minerais, 14 de recursos hídricos e dez de gestão territorial. Esses projetos cobrem temas de relevância e interesse para o desenvolvimento da indústria mineral brasileira e para a gestão de recursos hídricos e o orde-

namento territorial de todas as regiões do país, comentou Alcântara, que apresentou dados do Relatório de Atividades da CPRM em 2000.

Alcântara lembrou que a companhia atua em parcerias com outras entidades, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério do Meio Ambiente.

A CPRM, acentuou o senador, elaborou plano de metas para os próximos dez anos, que consiste em completar e aprofundar os mapeamentos dos recursos geológicos do país. As medidas, avalia Alcântara, são fundamentais para que progreda o setor de mineração.

Hartung aponta falta de política ambiental no país

Ao registrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no último dia 5, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que as ações políticas em defesa da preservação ambiental ainda são muito restritas, sendo as entidades não-governamentais e segmentos da sociedade civil os responsáveis por mobilizações importantes. Os governos, conforme o senador, devem punir os crimes ambientais, desenvolver políticas de saneamento e engajar os órgãos públicos em programas voltados para o setor. Ao Congresso, acrescentou, cabe priorizar a discussão de projetos de lei relativos à questão.

O senador citou reportagem recente da revista *Veja*, em que o Brasil foi considerado uma vitrine da devastação ambiental por ter perdido 93% da Mata Atlântica, 50% do Cerrado e 15% da Floresta Amazônica. Os dados publicados, acrescentou Hartung, mostraram que 30 bilhões de toneladas de lixo são despejados na natureza anualmente e que a falta de água já atinge 1,2 bilhão de pessoas no planeta.

Hartung lamentou ainda a recusa do presidente norte-ameri-



Paulo Hartung lamentou recusa do presidente George W. Bush em assinar Protocolo de Kyoto

cano, George W. Bush, de assinar o Protocolo de Kyoto, documento assinado por 168 países, comprometendo-se a reduzir o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera.

O senador enfatizou que a questão ambiental não se limita à preservação da flora e da fauna, mas refere-se também à poluição ambiental, aos rejeitos industriais que são lançados na natureza sem cuidados sanitários, à reciclagem do lixo, à destinação dos resíduos sólidos, aos vazamentos acidentais de óleo, à utilização indiscriminada de queimadas para o plantio agrícola e ao desperdício de recursos naturais.

Maguito ressalta que Goiás está livre da febre aftosa

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou que o estado de Goiás, entre outros, recebeu, na semana passada, o reconhecimento da Organização Internacional de Epizootias (OIE), como área livre de febre aftosa. Segundo o senador, a decisão daquele organismo internacional representa uma vitória econômica de Goiás e de outros estados brasileiros, que poderão, agora, trabalhar para aumentar suas exportações de carne.

Maguito lembrou que, quando governador do estado, iniciou um trabalho voltado para a erradicação da aftosa, com a criação do Instituto Goiano de Defesa Agropecuária, que comandou um trabalho de prevenção, segundo ele até então inédito no Brasil.

Ele acrescentou que, com o reconhecimento da OIE, Goiás poderá se habilitar inclusive para exportar carne bovina para a industrialização, ou seja, para ser processada no país importador, o que amplia, em muito, as possi-



Maguito Vilela: Goiás e outros estados poderão aumentar exportações de carne

bilidades de grande negócios.

Ainda segundo Maguito Vilela, a posição adotada pela OIE em relação ao Brasil ressalta a respeitabilidade que o país vem ganhando internacionalmente em relação à política de saúde animal.

— Cumprimento toda a classe produtora de carne de Goiás por essa importante conquista. Foi fruto de trabalho árduo e de uma parceria entre governos, entidades ligadas ao setor e produtores, um exemplo claro de que, quando há união, consciência e trabalho, os resultados aparecem.

Suassuna pede luta de todos por Brasil melhor

“É hora de cada um colocar a mão na consciência e se perguntar o que pode fazer pelo país”, exorta senador

A maneira mais rápida de fazer o Brasil se desenvolver é exercer a cidadania, cobrando medidas das autoridades por intermédio dos meios de comunicação e de outras formas de pressão. A tese é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que, em discurso ontem, fez um apelo para que cada brasileiro lute pela existência de um Brasil melhor, com justiça, educação, segurança e pessoas que não passam fome nem sede.

— É hora de cada um colocar a mão na consciência e se perguntar o que pode fazer pelo país. É hora de cada um de nós procurar dar a sua parcela de contribuição. Não podemos continuar esperando sempre que o país continue deitado em berço esplêndido. Nós temos que acordá-lo através da indignação — afirmou.



Suassuna: “Não podemos continuar esperando que o país continue deitado em berço esplêndido”

Essa tomada de decisão pelos cidadãos, segundo o senador, tem que ser feita agora, sem esperar as eleições para os novos governantes. Os que têm a mania

de apenas responsabilizar o governo devem assumir a sua parte nessa cruzada, disse, acrescentando que as lideranças devem iniciar o movimento para dar o exemplo a suas comunidades.

Ney Suassuna considera que está procurando fazer a parte que lhe cabe. Como empresário, assim que chegou à conclusão de que já tinha o suficiente para viver, tomou a decisão de assumir mandato para lutar pelas causas em que acredita, destacou. Entre elas, salientou a luta pela obtenção de divisas para o Brasil, de que o exemplo mais recente foi a assinatura de contrato de comércio com a Líbia. A cópia do contrato foi entregue ontem ao presidente da República. O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), em aparte, apoiou o discurso de Suassuna.

Souto quer proibir cobrança de caução por hospital credenciado

Projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) proíbe que clínicas e hospitais particulares, contratados ou credenciados aos planos e seguros privados de saúde, exijam caução ou depósito de qualquer espécie no ato da internação ou com anterioridade à prestação do serviço. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo.

Esse tipo de depósito é exigido,

geralmente, para garantir o ressarcimento do prestador por eventuais procedimentos e medicações que o convênio se recuse a pagar. Paulo Souto, em sua justificativa, lembra que a exigência de caução ou depósito pelos prestadores de serviço provoca situações de constrangimento e, em alguns casos, risco de vida aos usuários de planos que estejam necessitando de internação. Paulo Souto argumen-



Paulo Souto diz que cobrança constitui prática abusiva de hospitais

ta ainda que essa exigência, segundo o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, caracteriza-se como prática abusiva.

Eduardo defende tecnologias naturais na agropecuária

Ao registrar o título de zona livre de aftosa com vacinação, conferido ao estado do Tocantins pela Organização Internacional de Epizootia (OIE), o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu o investimento no desenvolvimento da pecuária e da agricultura por meio de tecnologias naturais, afirmando que este é o grande trunfo brasileiro para competir nos mercados mundiais.

O senador ressaltou o crescente interesse da União Europeia em ampliar as compras do chamado “boi verde” — que se alimenta de pasto de boa quali-

dade, sem agrotóxicos ou aditivos químicos — devido aos problemas verificados nos rebanhos europeus, alimentados com rações e suplementos.

— A grande competitividade do Brasil, não só no setor de carnes, mas de produtos alimentícios em geral, está exatamente na oferta de alimentos naturais frente aos excessos dos processos artificiais.

Eduardo afirmou que os investimentos em tecnologias naturais são menores que os necessários para implantar recursos artificiais. Ele alertou para o perigo de o país abandonar suas potencialida-



Eduardo destaca interesse europeu pelo “boi verde”

des e vocações próprias diante de propostas, “adequadas ou não”, vindas dos chamados países de Primeiro Mundo.

O senador disse que o rebanho tocantinense tem hoje cerca de 6,2 milhões de cabeças de gado, número que poderá multiplicar-se com a introdução de tecnologias de reprodução e criação, sempre preservando a qualidade “verde” da carne bovina. Da mesma forma, disse Eduardo, os rebanhos do Norte e do Centro-Oeste poderão ser ampliados.

Filosofia e Sociologia podem ser disciplinas obrigatórias

O Plenário vota hoje projeto que inclui as duas matérias no currículo do ensino médio. O relator, senador Álvaro Dias, é favorável à proposta

A inclusão de Filosofia e de Sociologia entre as disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio será decidida hoje pelo Plenário do Senado. Os senadores votam projeto do deputado Padre Roque (PT-PR), que justifica a iniciativa com o argumento de que o conteúdo dessas matérias não será adequadamente ensinado se for tratado em outras disciplinas e ministrado por professores sem a necessária formação.

Relator da proposta na Comissão de Educação (CE), o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considerou injustificável a ausência de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio. Ele citou Milton Meira do Nascimento, professor da Universidade de São Paulo



Álvaro Dias considera injustificável a ausência das duas disciplinas no currículo

(USP), para sustentar que o contato do aluno com a pluralidade do saber filosófico lhe assegurará uma visão mais rica do seu próprio mundo e dos problemas que enfren-

tará no cotidiano. Da mesma forma, Álvaro Dias considera os conhecimentos sociológicos fundamentais para a construção da cidadania.

Na mesma sessão, o Senado decide se altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que as mulheres cumpram horas-extras no trabalho. A legislação atual contempla apenas os homens. A proposta tem parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Serão votados ainda projeto instituindo o Dia da Televisão e decretos legislativos referentes à renovação para o funcionamento de sete emissoras de rádio.



Na reunião de ontem, a CE definiu o tema da audiência pública com o ministro da Educação

CE ouvirá ministro Paulo Renato sobre Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação aprovou ontem proposta do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente do colegiado, para definir o tema da audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que deverá ser ouvido no dia 20 ou 27 deste mês.

O ministro vai falar sobre a definição de funções dos diferentes níveis governamentais na área de educação, operacio-

nalização do Plano Nacional de Educação, suas implicações orçamentárias e acompanhamento e avaliação de sua implementação.

O Plano Nacional de Educação, lembra o senador, se define como de Estado, e não de governo, capaz de assegurar continuidade aos investimentos educacionais que se caracterizam pelo retorno a longo prazo. Para cumpri-lo, a legis-

lação vigente — especialmente a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases — define as funções das diferentes esferas de governo e as áreas de responsabilidade conjunta.

Apesar disso, observa, “há áreas cinzentas de sobreposição e pontos de discórdia”, que devem ser solucionados, o que, entende, é relevante para o acompanhamento e avaliação do plano.



Ricardo Santos, presidente da Comissão de Educação: “áreas cinzentas” a serem esclarecidas

Valadares manifesta apoio à greve dos professores de Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou seu apoio aos professores da rede estadual de ensino de Sergipe que estão em greve há mais de 20 dias. Ele lamentou que o governo do estado ainda não tenha atendido às reivindicações da categoria, apesar de ter assumido vários compromissos no ano passado para acabar com a greve que se realizava na ocasião.

— O governador de Sergipe, Albano Franco, prometeu que concederia determinados benefícios, e na época a greve foi encerrada com essas promessas. Passados vários meses sem que nenhuma iniciativa do governo tivesse sido

tomada para atender às reivindicações, a categoria resolveu paralisar suas atividades novamente.

Dos professores de Simão Dias (SE), sua cidade natal, Valadares recebeu telegrama informando que a categoria está reivindicando piso salarial de R\$ 211. Segundo o documento, os professores da rede estadual de ensino estão enfrentando a opressão do governo do estado.



Valadares: paralisação já dura 20 dias

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Turismo em Sergipe
6h30 — *Cidadania* — O sen. Mauro Miranda e o deputado federal Gustavo Fruet falam sobre o Estatuto da Cidade
7h30 — *Entrevista* — O sen. Iris Rezende fala sobre ameaça de fechamento do canal Pereira Barreto
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Andropausa
9h — Comissão de Assuntos Sociais — PLC 46/01 — Fundo de Combate à Pobreza/Requerimento para suspensão de análise do PLS 68/00/PLC 66/00, que dispõe sobre responsabilidade técnica dos cursos livres de lutas, natação e ginástica (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle (ao

vivo)

20h30 — *Entrevista* — O sen. Iris Rezende fala sobre ameaça de fechamento do canal Pereira Barreto
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Senado comemora centenário do político mineiro José Maria Alkmin

José Alencar, um dos autores do requerimento da homenagem, disse que Alkmin “sempre demonstrou natureza devotada para a indulgência, mas foi bravo na defesa dos interesses do país”



Iniciativa da homenagem ao tenista Gustavo Kuerten foi de Casildo Maldaner

Guga recebe voto de louvor do Senado Federal

Um voto de louvor ao tenista Gustavo Kuerten, o Guga, foi aprovado ontem pelo Senado Federal. A proposta foi apresentada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem a alta significação dos feitos do tenista eleva o nome do Brasil no mundo dos esportes.

— O país do futebol, em época de apagão, no último domingo foi iluminado pela estrela máxima do esporte brasileiro, o nosso Guga — disse o senador.

Casildo Maldaner destacou que Gustavo Kuerten, “com a humildade e simplicidade que lhe são peculiares”, ganhou o título de “Rei de Roland Garros”, ao vencer, pela terceira vez, o importante torneio de tênis disputado na França. Maldaner ressaltou ainda que Guga permanece em primeiro lugar na Corrida dos Campeões, o *ranking* dos melhores jogadores de tênis do mundo.

— Foi um domingo atípico, em que as ruas estavam vazias e os milhões de brasileiros ligados na telinha, que, decerto, lhes consumiram alguns quilowatts a mais. Porém, em que pese a crise de energia, aprendemos uma importante lição com o nosso Manezinho da Ilha: perseverar, não se entregar e acreditar sempre nas suas possibilidades, revertendo uma situação adversa. Ele se superou reacendendo a nossa autoestima que, apesar de se esvaír de crise em crise, nos mostra que podemos vencê-las e superá-las, como fez o nosso Rei do Saibro — afirmou Maldaner.

Em seu requerimento, o senador propôs também uma menção especial ao técnico Larri Passos, a quem qualificou como “um profissional competente, que tem sido um baluarte da preparação física e psicológica do Guga”.

O Senado comemorou ontem o centenário do nascimento do político mineiro José Maria Alkmin, que ocupou, entre outros cargos, os de ministro da Fazenda e vice-presidente da República. Estiveram presentes à sessão amigos e familiares, entre eles José Maria Alkmin Filho. Um dos autores do requerimento de homenagem, o senador José Alencar (PMDB-MG), lembrou os episódios mais marcantes da vida de Alkmin.

Para o senador mineiro, “neste momento em que o Brasil passa por dificuldades, projetando seus efeitos perversos sobre as camadas mais sofridas da população, é justo voltarmos nossas vistas para

Arlindo resalta importância do ex-ministro nas crises políticas

Ao homenagear a memória do ex-deputado federal e ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou o papel desempenhado pelo homenageado em crises da vida política brasileira, especialmente a que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas.

A crise, lembrou o senador, desaguaria na posse de Café Filho na Presidência, dando início “a uma trama golpista” que tinha como objetivo principal evitar a anunciada eleição de Juscelino Kubitschek para o Catete.

— Alkmin já liderava a bancada do PSD e percebeu num retalho de conversa com o presidente Café Filho, em convalescença no Hospital dos Servidores do Estado, que estava se articulando um golpe de estado para impedir a posse de Juscelino. Numa ação rápida e eficiente, Alkmin detém com habilidade a trama golpista e assegura com o general Lott a posse do senador Nereu Ramos como presidente, garantindo com isso o resultado do pleito e a posse do eleito pelo povo — destacou.

Uma vez empossado, Juscelino convidou Alkmin para assumir o



Alencar: Alkmin resistiu a sonegadores

a vida e obra de Alkmin, advogado, jornalista e político que sempre demonstrou natureza devotada à indulgência, mas bravo e intemorato na defesa dos interesses do país”.

José Alencar disse que, em

Ministério da Fazenda. Alkmin, recordou Arlindo Porto, já havia demonstrado suas habilidades e qualidades como secretário da Fazenda no governo de Minas Gerais, quando Juscelino era governador, onde foi responsável pelos recursos que deram suporte ao programa Binômio Energia e Transportes e pela recuperação da máquina arrecadadora do estado. Como ministro, também possibilitou os meios para que Juscelino construísse Brasília.

Arlindo lembrou ainda que Alkmin estava à frente das articulações para impedir a “aventura golpista” de Jânio Quadros, conduzindo Ranieri Mazilli à Presidência e preparando o terreno para adoção do sistema parlamentarista de governo. “Deflagrada a revolução de 1964, da qual foi um dos articuladores em Minas Gerais, ao lado de Magalhães Pinto, Alkmin é eleito vice-presidente do primeiro governo militar de Castelo Branco”, acrescentou.

O senador concluiu a homenagem ressaltando que Alkmin, durante toda a sua vida política, jamais deixou de cuidar da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que presidiu por quatro décadas.



Alkmin foi ministro da Fazenda e vice-presidente no governo Castelo Branco

1954, como deputado federal, Alkmin foi insuperável na articulação das forças políticas que abortaram a tentativa de golpe para impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Ele recordou o desempenho do homenageado como ministro da Fazenda de JK, quando teve pulso para resistir aos sonegadores, “realizando uma administração austera que garantiu os recursos imprescindí-

Francelino destaca honradez e dignidade do homenageado

Ao homenagear a memória de José Maria Alkmin, na data que marca o seu centenário, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) reportou-se à trajetória do político mineiro na vida pública, destacando a honradez e a dignidade daquele que foi, por décadas, seu adversário político — enquanto Francelino era da UDN, Alkmin pertencia ao PSD.

O amor de Alkmin pelos pobres e sua preocupação com os presidiários foram lembrados por Francelino. De acordo com o senador, a construção da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (MG) e da penitenciária agrícola Neves estão dentre os grandes feitos de José Maria Alkmin, que foi sete vezes deputado federal, além de vice-presidente do marechal Castelo Branco.

O senador mencionou a obra biográfica de Murilo Badaró, que narra inúmeros momentos da vida de Alkmin. Francelino sublinhou a amizade do homenageado com o presidente Juscelino Kubitschek, a qual teria se estremecido, em razão do apoio de JK a Tancredo Neves, na eleição para o governo de Minas, em 1960.

Francelino recordou a luta de Alkmin para ocupar o Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro. Apesar de derrotado por Israel Pi-

veis ao cumprimento das metas de Juscelino, em especial a conquista do Planalto Central”, com a construção de Brasília.

Alencar destacou que, anos depois, Alkmin foi convidado pelo presidente Castelo Branco para ser seu vice. “Em meio a tanta azáfama, jamais negligenciou seus cuidados com a Santa Casa de Misericórdia, entidade beneficente que dirigiu por quatro décadas, construindo sua sede e transformando-a numa referência para a formação de gerações de médicos e de cura para enfermos carentes”, disse.

Conforme José Alencar, Alkmin foi um líder democrático que não impunha suas idéias com autoritarismo, mas por meio de seu exemplo e da força de seus ideais. “Ele deixou, para a posteridade, exemplo de dignidade e amor pelo Brasil”, enfatizou.

nheiro, foi seu secretário de Educação. O seu esforço em favor da justiça social no país também foi destacado pelo senador, que homenageou ainda a família de José Maria Alkmin, assim como a sua cidade natal, Bocaiúva (MG).

— Nasceu pobre, morreu pobre e digno. Foi um dos

h o m e n s mais altos da vida de Minas, atingindo os píncaros da política do país — afirmou Francelino, salientando que seu discurso marcava uma espécie de reconciliação com José Maria Alkmin. “Os políticos mineiros não brigam, mas também não fazem as pazes”, concluiu.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que ocupava a presidência da Mesa durante o discurso de Francelino, somouse às homenagens dos senadores por Minas Gerais à memória de José Maria Alkmin. “Minas sabe observar os grandes exemplos de seus filhos”, disse.



Francelino lembrou amor de Alkmin pelos pobres

Nível de reservatórios no Nordeste preocupa

Presidente da Chesf afirma em comissão do Congresso que, mesmo com o racionamento de energia, região contará somente com cerca de 4% do potencial dos reservatórios das hidrelétricas que operam na Bacia do São Francisco

Mesmo com o racionamento de energia, no segundo semestre a Região Nordeste contará somente com cerca de 4% do potencial dos reservatórios das hidrelétricas que operam na Bacia do Rio São Francisco. Foi o que revelou, ontem, durante audiência pública promovida pela Comissão Mista de Energia, o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Mozart Siqueira Campos de Araújo.

Segundo Mozart, parte da solução para a região é uma maior interligação com o sistema Eletro-norte. Mesmo assim, explicou, há dificuldades técnicas para economizar a energia proveniente da Bacia do Rio São Francisco.

Mozart reconheceu que, com a reestruturação do setor elétrico, as empresas estatais foram impedidas de investir na geração de energia. Segundo ele, porém, o nível de chuvas na Bacia do São Francisco tem sido muito baixo, o que seria agravado pelo uso de suas águas para abastecimento e irrigação.

O presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, defendeu um racionamento de energia de apenas 10% para as áreas irrigadas do semi-árido nordestino. Airson disse que um racionamento maior do que 15% significaria o colapso de toda a região, a maior produtora de frutas do país. Ele defendeu a revitalização do Rio São Francisco, para garantir geração de energia e irrigação.

De acordo com Airson, a Codevasf é responsável por área irrigada de 99 mil hectares, que produz 1 milhão e 700 mil toneladas de frutas por ano. Este empreendimento, somado ao que é produzido pela iniciativa privada – 330 mil hectares –, depende de irrigação.

Fernando de Almeida, representante da Valexport, empresa exportadora de frutas, comparou a situação do Nordeste à da Califórnia, nos Estados Unidos, onde o racionamento de energia não recaiu sobre a agricultura irrigada. Ele pediu tratamento diferenciado para o setor, por motivos técnicos, econômicos e sociais.



Na comissão mista, senador Paulo Souto, deputado Antônio Cambrá, Airson Bezerra, Mozart Campos e Fernando de Almeida participam da audiência. O presidente da Valexport (acima) pediu tratamento diferenciado para a fruticultura

Rocha quer esclarecer PEC que trata da criação de municípios

Com o objetivo de assegurar base jurídica sólida à deliberação sobre proposta de emenda à Constituição que trata da incorporação, fusão e desmembramento de municípios, e em breve estará na pauta de votações, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem que está requerendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) consulta sobre a matéria.

De acordo com o senador, a PEC prevê que, em um período determinado por lei complementar federal, os municípios poderão ser criados. A emenda estabelece também a realização de estudos de viabilidade municipal na forma da lei, "sem especificar se federal ou estadual", observou. Acrescentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido dúbio em face da criação de novos municípios e salientou que, em 1998 e 1999,



Sebastião Rocha afirma que o STF tem sido dúbio em relação à criação de municípios

foram criados nove municípios em Mato Grosso sem que a emenda tenha sido votada.

Em seu discurso, Sebastião Rocha aproveitou para comunicar decisão do STF de ampliar os limites do município de Santana (AP), que é o segundo do estado em termos populacionais e está situado a 20 quilômetros da capital Macapá. Rocha informou que, em 1993, quando exercia o mandato de deputado estadual, foi autor dessa lei. Na ocasião, relatou, o governo do estado moveu ação

direta de inconstitucionalidade contra a lei aprovada pela Assembléia Legislativa e, no último dia 7, o STF, por unanimidade, considerou prejudicada essa ação. Com isso, comemorou o senador, Santana passa a ter agregado a seu território cerca de 50 quilômetros quadrados.

– Isso vai permitir sua expansão urbana de forma mais ordenada e melhorar a qualidade de vida do povo santanen-

se, dado que Santana é o menor município do estado e não tinha mais por onde crescer – afirmou.

NOVO SENADOR

Sebastião Rocha saudou ainda o senador Jorge Nova da Costa (PMDB-AP) – que assumiu a cadeira aberta pela licença do senador José Sarney (PMDB-AP) – dizendo que ele, como ex-governador do estado, está qualificado para representar o Amapá.

CPI das ONGs reúne-se na segunda para votar requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, em especial na Amazônia, reúne-se na segunda-feira, após a ordem do dia. Convocada pelo presidente, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a CPI deverá fazer uma reunião administrativa, destinada à votação de requerimentos.



Mozarildo Cavalcanti, presidente da CPI, convocou a reunião